

## **PAULICÉIA SILENCIADA: CONSIDERAÇÕES SOBRE SÃO PAULO E POBREZA DA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIX PARA O XX**

Ana Carolina da Silva Santana  
Departamento de História - UFRN

Andressa Adna de Lima  
Departamento de História - UFRN

Felipe Tavares de Araújo  
Departamento de História – UFRN

### **RESUMO**

Na Paulicéia do final do século XIX e início do século XX, há uma explosão demográfica justificada pela entrada no país de diversos imigrantes. Estes, geralmente de origem européia e em especial italiana, escolheram diversos Estados do país para se fixar, bem como diversas cidades. Contudo, a urbe Paulistana de 1890 a 1915 mostrou-se como destino preferido por esses sujeitos sociais. Os trabalhadores italianos foram os mais numerosos na região e foram vistos na época como a expressão da civilização chegando ao Brasil. À mesma época, São Paulo passava por um período de modernização que buscava trazer para a cidade os padrões europeus de vivência e trabalho. Nesse período, os habitantes da localidade passaram por um processo de reeducação das suas práticas sociais, em que transformavam as suas maneiras de se relacionar com a cidade. Assim, percebemos na fala do período a exaltação dos trabalhadores italianos, como organizadores de sindicatos, greves e por diversas melhorias dos direitos da classe. Contudo, há um silêncio nas visões da época e também um silêncio historiográfico em relação aos modos de vida e trabalho dos nacionais pobres, que tiveram de reinventar sua atuação no espaço da cidade para manter a sua subsistência. Esse silêncio produziu a memória de que tudo era italiano. Assim, nossa pesquisa irá no sentido de buscar quais foram as táticas de sobrevivência dos nacionais pobres e como interagiram dialeticamente com o processo de modernização, procurando fazer da memória construída o nosso objeto de estudo.

Palavras- chave: marginalizados nacionais; silêncios; República; trabalho.

### **INTRODUÇÃO**

Diante da percepção da contemporaneidade, enxergamos a crise do moderno que nos apresenta a partir de um redemoinho de contradições sociais, que ao invés da tentativa de acalmá-lo ou mesmo de abafá-lo, ocorre à progressiva aceitação do conflito permeado pelas pluralidades. Assim, apreende-se da sociedade o desejo da respeitabilidade aos diferentes. Ou seja, o princípio do estabelecimento das relações seria exatamente a diferença entre os indivíduos sociais, em detrimento de qualquer preconceito que provocaria, por sua vez, alguma espécie de exclusão. Nessa linha de pensamento, a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 3 diz: “constitui objetivo

fundamental da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Sendo punível qualquer discriminação que não respeite as pluralidades, de acordo com o artigo 5 da CF: “ a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais” e o mesmo artigo afirma que "a honra e a imagem de todos os cidadãos é inviolável" como também "a liberdade de consciência e de crença". E não somente na nossa Lei Maior podemos encontrar o princípio da respeitabilidade quanto à pluralidade dos indivíduos em nossa sociedade. Para corroborá-lo, basta atentarmos para as diversas políticas públicas e ações individuais que visam conduzir a população a uma política de respeito ao plural. Assim, negros, índios, mulheres e outros possam ser representados como grupos “marginalizados” historicamente. Necessitando de políticas que promovam sua inserção na construção da identidade nacional, uma vez que análise dos discursos historiográficos tradicionais ou de outra ordem, em sua maioria, tais personagens soam como apáticos, medíocres, imorais ou simplesmente silenciados como podemos perceber pela análise de Carlo Ginzburg:

“No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as “gestas dos reis”. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. “Quem construiu Tebas das sete portas?”– perguntava o “leitor operário” de Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo seu peso.”<sup>1</sup>

Partindo das questões referenciadas acima, o trabalho presente se propõe a discutir como na transição do Império para a República, numa época de consolidação dos ideais modernos baseados num modelo europeu e que a sociedade buscava rótulos classificatórios, sobreviveram os “marginalizados nacionais”. Essas personagens tratam-se de ex-escravos, escravos já alforriados, descendentes de ex-escravos que após a abolição da escravatura adentraram a cidade de São Paulo em busca de condições para gerirem sua própria sobrevivência e lá encontraram uma cidade que desejava ser moderna aos moldes europeus com uma identidade una e que por outro lado tentava se esquivar do seu passado anterior, conseqüentemente dessa massa negra liberta.

Tendo em vista o explicitado acima, pretendemos analisar os silêncios da historiografia quanto aos marginais nacionais no período explicitado, percebendo o desejo modernizante das autoridades por meio das estratégias utilizadas para implantar a modernização, além de compreender a São Paulo da transição do século XIX para o século XX, bem como as formas de vivências dos imigrantes e marginalizados nacionais da São Paulo. E assim, expor a composição do operariado, salientando quem eram, e demonstrando o papel do imigrante italiano e dos outros. Simultaneamente, desejamos evidenciar os marginalizados nacionais quanto ao seu papel de trabalhador (onde estão, o que fazem), e quais as permanências silenciadas pelo discurso.

## A BELLE ÉPOQUE PAULISTANA

<sup>1</sup> GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. p. 15.

O processo de modernização permeia-se como uma ampla e complexa teia de elementos científicos e sociais que unidos produzem uma nova ordem não somente econômica, mas cultural. As modificações na maneira de produzir, com mais eficiência e rapidez, concluem em uma nova necessidade: a de uma massa muito maior de matéria-prima e, logo, de um mercado consumidor maior e mais diversificado.

A velocidade com a qual essas novas tecnologias são desenvolvidas não é a mesma com a que a sociedade acolhe e adapta estas inovações. Estas modificações significaram a troca de padrões de vida e consumo na sociedade, e esta encontrou diversas dificuldades na adoção destas inovações sociais, já que estas se opunham à estrutura arcaica, na qual os grupos sociais tradicionais se encontravam incluídos. O período republicano configurou-se, aqui, como portador destes ideais civilizatórios da sociedade européia.

Na inserção destes novos referenciais a produção do espaço também são influenciados pelos referenciais europeus, tenta-se aqui no Brasil a construção de cidades tais quais as capitais européias. Assim, em São Paulo as elites cafeicultoras, consumidoras do referencial europeu, competem para a produção de uma cidade cosmopolita e progressista, assim como Londres ou Paris na construção de espaços tais quais os lugares públicos europeus, com os mesmos princípios urbanistas, arquitetônicos e higienistas, o que não se configura-se, visto que no nosso país as estruturas sociais criadas no período colonial, e o nosso passado escravista não poderiam descrever a mesma trajetória feita, por séculos afino, na produção do espaço privado europeu. Contradições estas que se apresentaram na São Paulo do período da Belle Époque.

A modernidade, conceito que pretende-se civilizatório, traz consigo a modernização, aplicação concreta, física da modernidade. A São Paulo do início do século descrita por olhares de viajantes como uma *cidade em obras*, tal como se construí-se ali uma nova cidade sobre uma antiga, em decorrência das constantes construções e reconstruções na Paulicéia, reina o ideal de inevitabilidade da modernidade. Esta não poderia ser impedida e a modernização seria seu braço forte, na implantação efetiva de seus referenciais.

Nesta passagem de tempo, velho e novo, antigo e inovador são imagens recorrentes, a medida que o caráter civilizador do processo globalizante ao qual o Brasil estava inserido recorre a implantação de novos padrões estéticos, tanto urbanísticos, na organização da cidade, como arquitetônicos, na elaboração destas construções. São Paulo parte dos modelos europeus, suas reformas baseiam-se na execução aqui dos mesmos padrões arquitetônicos implantados nas capitais européias, tais como Paris e Londres.

Na necessidade da transformação da cidade, as regiões da cidade têm de ser reorganizadas, reestruturadas para assim ocupar melhores posições em relação às correntes de ar, por exemplo. A partir desta leitura percebemos uma sensível separação dos espaços urbanos entre selecionados e desprestigiados. Segundo o Italiano Alfredo Cusano, São Paulo poderia ser dividida em três partes: *Elegantes, Populares e o Centro Comercial*. As regiões elegantes, termo auto-explicativo, eram compostas por bairros residenciais recém criados, como Higienópolis e Campos Elísios, expressões que simbolizam o ideal ao qual se tentava exprimir com a criação destes conjuntos. Tentava-se ali descrever uma nova Europa, o que nos olhos de cronistas europeus estava-se conseguindo. Assim, os bairros elegantes, os comerciais também eram compostos por

ideais e estilos pautadamente europeizados, o exemplo disto era o conhecido Triângulo, entre as ruas São Bento e XV de Novembro. Essas incorporações dos modelos europeus não foram tão bem vistos por críticos nacionais, como Alcântara Machado e Monteiro Lobato, representavam São Paulo como uma *Batida Arquitetônica* ou mesmo *Carnaval Arquitetônico*. Esses intelectuais criticavam também a derrubada incessante de prédios. Para a construção de novos, para fazer uma cidade bonita seria necessário derrubá-la para que se construísse novamente, opinião dos governantes.

Apesar de descrever com tanto entusiasmos as belas regiões de São Paulo, Cusano também conheceu as regiões, que chamou, populares. Estas as quais vê com indignação, afirmou que locais como aqueles avessos ao desenvolvimento deveriam ser apagados, extirpados da bela São Paulo. Perceba-se aí que o italiano não se refere à população em momento algum, fala dos cortiços, mas esquece que ali viviam pessoas assim como ele. Estes espaços não podiam ser ignorados, estavam ao redor do centro, do Triângulo, imagem que é sempre relacionada ao coração comercial da cidade, a força motriz do desenvolvimento.

No final do século XIX, com o advento da República e seu ideal modernizante, os grandes centros brasileiros passaram por uma grande modificação em seus aspectos urbanos e culturais. As cidades tinham que se adequar aos moldes das capitais européias, ideais de civilização almejados pelos positivistas que estavam no governo.

Essa ânsia da busca pelo progresso suscitará na tentativa de adequação da população estrangeira à nossa sociedade, com o objetivo do branqueamento da população brasileira, idéia vigente no período, que por base da diluição do fator negro presente em nossa população se conquistaria o caráter civilizado das sociedades européias. Esse projeto de branqueamento culminará na busca de populações imigrantes que se misturem com a nacional, procurando alcançar a tão almejada sociedade moderna no Brasil. Isso implicará nos projetos de incentivos da vinda de imigrantes italianos ao Brasil, principalmente na cidade de São Paulo, onde serão direcionados em primeiro momento para o trabalho nas lavouras, carente de mão-de-obra devido a Abolição da Escravatura e outras leis antiescravistas, onde se estabelecerão por um curto período de tempo, migrando depois para a capital, em busca de melhores condições de vida.

Esse “êxodo” da população rural não acontecerá apenas por parte dos imigrantes, também se levará em conta a grande massa de ex-escravos e indígena, mestiços, em suma, da população nacional, em sua maioria ex-escrava, que com a implantação das idéias oriundas da Europa, fortemente influenciadas pela Revolução Técnico-Científica, buscará melhor condição de vida e uma forma de subsistir, pois sem o apoio dos antigos patrões, esses nacionais teriam que conseguir seu espaço na sociedade da época.

Porém, a presença desses indivíduos, os nacionais, será vista como um empecilho na missão modernizadora almejada pelo poder, que vê no cidadão italiano o modelo primordial que integraria a população dessa nova São Paulo, moderna e semelhante às cidades européias. Isso será bastante evidente nos elogios feitos ao elemento estrangeiro, tido como agente do progresso, quase como um fundador dos movimentos culturais, trabalhistas e sociais da Paulicéia.

Durante os primeiros anos da República, São Paulo passará por diversas transformações urbanas e sociais, resultantes dessa tentativa de modernização da capital paulista, que aliada ao *boom* populacional que ocorrerá nesse período, devido ao êxodo

das populações do campo, e principalmente ao grande número de imigrantes italianos que chegavam do Velho Continente, em navios muitas vezes patrocinados pelo governo, para que se disseminasse a modernidade entre o povo brasileiro.

Essa medida fará com que a capital paulista, entre os anos de 1890 e 1915, pule de 64 mil habitantes, para 500 mil, verificando-se um aumento de 781,25% da população, conforme os dados dos Anuários estatísticos da Seção Demográfica do Estado de São Paulo, sendo também, no ano de 1911, 58% da população da cidade era italiana.

## OS MARGINALIZADOS NACIONAIS

Como já foi apontado, a São Paulo da virada do século XIX para o XX passava por um processo de modernização a qualquer custo o que tornou a cidade praticamente um canteiro de obras objetivando os moldes europeus de construção, paralelamente a especialização dos lugares onde os seus habitantes deveriam morar, como observa um viajante italiano: “os bairros elegantes, os populares e o centro, que abrigava toda a vida comercial”. Compreende-se por essa passagem e pela análise de outros memorialistas aliadas ao que os fotógrafos expressavam pela lenta de suas máquinas uma cidade resumida a esses espaços, sendo que bairros populares se restringiam aos operários, em sua maioria. Ou seja, a própria especialização dos espaços estava intrinsecamente ligado a uma forma de exclusão, uma vez que se verifica a ânsia de silenciar a presença dos “marginalizados nacionais”, ao mesmo tempo em que se fracionavam os trabalhadores ou aqueles que não eram visto dessa forma, pois haveria vilas operárias para pobres, mas disciplinados, trabalhadores, e o subúrbio seria destinado para aqueles que eram tidos como não possuindo ocupação conhecida, ou vagabundos moradores de cortiços, casebres, galpões, praças, becos, ruas e afins, idéia advinda da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços de Santa Efigênia – 1893-1894- que ainda destacava quais eram os principais considerados pelas autoridades municipais como úteis, honestos e que tentava proteger: os imigrantes.

Partindo dessa breve discussão, cabe-nos encontrar em quais lugares os “marginalizados nacionais” estavam e a sua forma de vida nesse processo fremente de mudanças pelas quais a cidades passava, não só tecnicamente – modernização -, mas mentalmente – modernidade - numa reinvenção dos papéis sociais. Nessa procura, foi possível verificar a relação entre o que as autoridades almejavam constituir e a forma de viver da parte “marginalizada nacional pobre”.

No entanto, na leitura de outras posturas do prefeito apreende-se um desejo de controle dessa região que fugiria ao seu controle. Assim, suas palavras e de outros sujeitos empenhados nessa modernização a qualquer custo e acima de tudo disciplinada, conservadora, tentavam unir a falta de higiene do lugar ao caráter direto de seus habitantes:

“É aí que, protegida pelas depressões do terreno, pelas voltas e banquetes do Tamanduateí, pelas arcadas das pontes, pela vegetação das moitas, pela ausência de iluminação se reúne e dorme e se encachoa, à noite, a vasa da cidade, numa promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, de negras edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa, de restos inomináveis e vencidos de todas as nacionalidades, em todas as

idades, todos perigosos. É aí que se cometem atentados que a decência manda calar; é para aí que se atraem jovens estouvados e velhos concupiscentes para matar e roubar, como nos dão notícia os canais judiciários, com grave dano à moral e para a segurança individual, não obstante a solicitude e a vigilância de nossa polícia. Era aí que, quando a polícia fazia o expurgo da cidade encontrava a mais farta colheita” (Torres, 1969, p. 182-3)<sup>2</sup>

Então, naquele espaço com forte presença dos “marginalizados nacionais”, verificada pela passagem acima, não causava receio apenas pelas possibilidades de epidemias, havia algo mais, de importância principal, uma insubordinação ao padrão de vida requisitado. Insubordinação essa caracterizada pelas autoridades como repugnante como a sujeira que poderia disseminar-se para outros lugares, fundindo pessoas pobres, mestiças, negras ao equivalente a uma doença que deveria ser combatida, como muito bem expressou Margareth Rago: “De ponta a ponta, recorre-se à mesma operação conceitual que vincula pobreza-saúde-imoralidade” (RAGO, 1985, p. 189).

Todavia, confrontando as posturas do prefeito e de outras autoridades com as fotografias da Várzea do Carmo, podemos apreender outra interpretação distanciada dessa imagem que se tentava perpetrar de promiscuidade e meio viciado pela mestiçagem intimamente correlacionada com o mau caráter congênito. As fotografias, bem analisadas, na apreensão da pluralidade dos “marginalizados sociais”, mostram esses, por sua vez, trabalhando: com trouxas na cabeça, cuidando de animais, lavando roupas e afins. Uma das fotografias mostra a Várzea do Carmo. O fotógrafo foca a construção com fachadas européias, no entanto, apreende-se da fotografia tratores de animais, lavadeiras com seu nós em suas roupas para facilitar o trabalho, todos trabalhando fora das fábricas e com seu ritmo próprio de trabalho. Essa última profissão era muito conhecida, sendo que muitas famílias abastadas da Paulicéia dependiam das lavadeiras do Carmo, ou seja, para a própria funcionalidade da modernidade, essas mulheres eram de extrema importância. As mesmas mulheres que aparecem nas fotografias trabalhando e são taxadas de mal-educadas, briguentas e perigosas que em suas idas e vindas na cidade poderiam proliferar seus comportamentos “indignos” para o poder público em muitas falas como o do memorialista Sesso Junior:

“Outras cenas desagradáveis, que frequentemente ocorriam e que se tornaram comuns, (...) eram as tradicionais “brigas de lavadeiras”, que então ocorriam na Várzea do Carmo”. (SESSO JUNIOR, 1983, p.79)<sup>3</sup>

As experiências sócio-culturais da Várzea do Carmo não se resumiam às lavadeiras. Nesse local existia a forte presença dos caipiras que como elas estavam distantes do ambiente rígido das fábricas. Eles comerciavam seus produtos nas ruas – mercado de rua – e no “antigo mercado” no centro paulistano. O trabalho dos caipiras vendedores atraía outras ocupações informais como a dos carregadores, carroceiros.

<sup>2</sup> Apud, SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem Tudo era Italiano: São Paulo e Pobreza 1890-1915.** São Paulo: Anablume/ Fapesp, 2003.

<sup>3</sup> Apud, Idem

Não é difícil de imaginar que também esse tipo de comércio que requeria um trânsito desses sujeitos também era indesejado pelas autoridades que tentavam afastá-los do centro.

Outras personagens sociais ditos de comportamento desagradável que se relacionavam com a Várzea e com o centro da cidade e que se encaixavam na tentativa de serem distanciados pelos grupos dirigentes eram os ervanários. Essas pessoas comerciavam algo que deveria desaparecer numa cidade moderna e, portanto cientificista: curas por intermédio da superstição. Ervas, folhas secas, plantas descritas como medicinais, sem uma comprovação prévia de seu poder de cura, não deveriam ser consumidas pela população, uma vez que tal consumo estava ligado não ao espírito cientificista da população, mas a identificação dessa sociedade com suas heranças culturais negras e indígenas, que na falta de recursos e na crença em um passado recheado por antepassados curados por tais materiais, recorriam a eles e compravam dos pretos veios curandeiros a esperança pautada na superstição. As fotografias, que retratam os pretos veios curandeiros como o Pai Inácio, focam o olhar, uma posição austera, rememorando o poder supersticioso, mágico emanante desses curandeiros.

O trecho do Relatório do Chefe de Polícia no ano de 1879 que se segue está linha de exclusão desses sujeitos sociais não padronizados e controlados numa fábrica ou numa família que preferia distante.

“São considerados vagabundos, pelo Artigo 300 do Regimento número 120 de 31/1/1842 os indivíduos que não tem domicílio certo nem profissão, ou ofício, nem renda ou meio conhecido de subsistência. Não tem domicílio certo os que não mostrarem ter fixado em alguma parte do Império a sua habitação ordinária e permanente, ou não estiverem assalariados, ou agregados a alguma família. (Relatório Apresentado pelo Chefe de Polícia ao Presidente da Província de São Paulo em 1879, 1879, p.46)”<sup>4</sup>

Além da Várzea do Carmo, encontramos mais dois lugares, para exemplificar a forte presença dos “marginalizados nacionais” concomitantemente ao processo de modernização da Paulicéia que transformava ruas, becos, praças nesse processo.

Um segundo espaço analisado nessa parte, trata-se de ruas e adjacências pertencentes à região conhecida como sul da Sé. Igualmente remodelada como o Largo do Rosário, essa região viu gradualmente sua reurbanização imbricada na transferência de sujeitos sociais “marginais” para outras áreas, distantes do Centro como podemos verificar na reprodução \_\_\_ que observa-se a Rua do Carmo tomada por crianças e por uma carroça interligando ela as permanências de um tempo que deveria ser apagado. A outra fotografia reproduzida já depois dessa reurbanização, percebe-se uma construção do lado direito aos moldes europeus, não mais aparecendo as crianças e nem a carroça. No entanto, sua leitura atenta, observa-se uma negra com uma trouxa na cabeça, que mesmo não consciente, estava desestabilizando a imagem moderna daquela rua, ao mesmo tempo se relacionado com uma sociedade que necessitava de seus serviços e contraditoriamente deseja escanteiar as permanências. Não só a Rua do Carmo, outras ruas do Sul da Sé forma remodeladas ou sumiram das plantas. E é muito comum encontrar nas fotografias a presença flagrante de policiais, provavelmente no intuito de

<sup>4</sup> Apud, Idem.

pressionar o controle sobre essas pessoas “marginalizadas” acusadas de naturalmente tendentes ao crime. Nessa perspectiva, jornais ajudavam nessa caracterização dos “marginalizados nacionais”, mesmo que inicialmente não fosse a intenção:

“[...]. No entanto, no Sul da Sé, todos os dias cometem-se roubos e há bem poucos dias, e bem perto do quartel da rua Barão de Iguape e pertinho da residência do Sr. Capitão rocha, com o grave incidente de ser assassinada uma criança. (A Redempção, 18.7.1897, p.3)”

A partir dos exemplos dados e o cruzamento das fontes, a idéia que nos surge é como essa modernização com sua técnica também substanciava o realojamento dos sujeitos “marginalizados” em favor da tentativa de favorecer a melhor imagem da Paulicéia moderna que não poderia conter modelos diversos de trabalhadores fora do controle governamental que consigo carregavam suas heranças culturais manifestas na própria prática do trabalho e potencialmente capazes de influenciar a sociedade diretamente com seus trejeitos não cientificistas. Assim, há uma justaposição já mencionada pela Margareth Rago de juntar numa concepção a pobreza com a sujidade e conseqüentemente com imoralidade, uma assepsia aparentemente técnica que promoveria a saúde, por trás, há o desejo íntimo de uma assepsia social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho exposto refletiu sobre as formas de sobrevivência dos “marginalizados nacionais” durante a transição do Império para a República numa São Paulo que se pretendia adentrar na modernidade a qualquer custo, tornando isso um fim sem dosar as conseqüências dos meios para alcançar seu objetivo, como por exemplo, a tentativa de esquivar-se das permanências de um passado que os grupos dirigentes consideravam repugnante.

Nessa fremente modernização, pela qual a cidade passava, estavam os “marginalizados sociais” – ex-escravos, descendentes de escravos – que não se encaixavam nesse processo que almejava a especialização dos trabalhos e dos espaços a partir dos moldes europeus. Para tanto, a imigração européia é incentivada, principalmente a italiana, pois importava trabalhadores que se não já acostumados numa rotina rígida de trabalho controlada pelo relógio, possuíam uma cultura disciplinadora e, portanto, tidos como não preguiçosos, ao contrário dos trabalhadores nacionais estereotipados desse modo. Aliado a essas idéias havia também o desejo íntimo do gradual branqueamento da sociedade paulistana a partir da vinda desses imigrantes.

Assim, observamos que os “marginalizados nacionais” mesmo que desdenhados estavam no centro da cidade com suas modinhas na intenção de conquistar comparadores, além de outros ofícios informais. Estavam na periferia como numa Várzea do Carmo e suas lavadeiras barulhentas. Estavam no ambiente privado como domésticos sofrendo o controle de seus patrões, no entanto não sucumbindo a ele. Estavam sobrevivendo com suas heranças culturais, estavam subvertendo a ordem, o controle, o silenciamento desejado. Todavia, estavam, e acima de tudo, influenciando e sendo influenciados pela sociedade. Assim, nesta relação dialética percebe-se que há interações, relações de reciprocidade quanto às práticas sociais de cada grupo. Tanto “marginalizados nacionais” quanto às elites trocaram influências.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MACHADO, Arlindo. **A ilusão Espetacular**: uma introdução à fotografia. São Paulo: Brasiliense; Rio de Janeiro: Funarte, 1984. p. 40.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura**: História, Cidade e Trabalho. Bauru: Edusc, 2002.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**. A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem Tudo era Italiano**: São Paulo e Pobreza 1890-1915. São Paulo: Anablume/ Fapesp, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. **O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso**. in.:\_\_\_\_\_. História da Vida Privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3. p. 7-48.